

# Tarifa social e a conta invisível do setor elétrico



» CÉSAR REZENDE  
Advogado especialista em direito regulatório, infraestrutura e setor elétrico.

da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) no valor recorde de R\$ 49,2 bilhões — um aumento de 32,4% em relação ao ano anterior. Desse total, R\$ 46,8 bilhões serão repassados diretamente à conta de luz dos consumidores. Esses números escancararam o quanto o sistema permanece onerando o consumidor de forma invisível, confirmando a urgência de um debate público mais claro sobre quem paga essa conta.

Essa estrutura gera distorções preocupantes. Ao mesmo tempo em que se enxuga o corpo técnico das agências reguladoras, ampliam-se os encargos setoriais com impactos diretos na conta do consumidor. Discursos sobre a necessidade de uma transição energética ganham força, mas se impõem limites à geração descentralizada. A estabilidade do sistema é frequentemente invocada como justificativa para decisões que aumentam a complexidade tarifária, muitas vezes sem clareza sobre seus fundamentos ou impactos. Tudo isso sob a proteção do argumento técnico e da segurança energética, que acaba blindando o setor de questionamentos mais amplos por parte da sociedade.

A recente edição da Medida Provisória 1.304/2025, voltada exclusivamente à criação de um teto para os subsídios bancados pela CDE, foi difundida como resposta técnica ao desequilíbrio tarifário, mas escancara o descompromisso do setor com uma revisão estrutural profunda. O mecanismo criado para limitar os excessos, o chamado Encargo de Complemento de Recursos (ECR), transfere a responsabilidade pelo estouro orçamentário para os próprios beneficiários, mas sem que a sociedade tenha participado dessa definição. Não há clareza sobre quem, de fato, arcará com os custos residuais nem sobre como isso será fiscalizado. O efeito imediato parece ser que o anúncio do novo teto abriu

espaço para uma corrida por subsídios antes que a regra comece a valer. Essa antecipação — legal, porém desigual — aprofunda a distorção de um modelo que continua tratando energia como mercadoria, e não como serviço público essencial.

A Constituição diz o contrário, trata a energia elétrica como um serviço público essencial. Mas, hoje, o setor opera à margem de um verdadeiro compromisso público. A reconstrução — que dá seus primeiros passos com a medida provisória que propõe a chamada minirreforma do setor elétrico — precisa acontecer em bases mais sólidas: com um preço da energia que reflita todos os seus custos reais, inclusive os sociais, de forma clara, direta e honesta. Assim, se garante que o compromisso com os mais vulneráveis aconteça com previsibilidade e justiça distributiva.

O anúncio feito ontem pela Aneel de que o reajuste médio das tarifas de energia em 2025 passará de 3,5% para 6,3% é mais um reflexo desse modelo que repassa custos crescentes ao consumidor sem um debate público estruturado. Segundo a agência, a alta é impulsionada pelo orçamento recorde da CDE, pela devolução menor de créditos de PIS/Cofins e pela manutenção da bandeira vermelha até novembro, fatores que aumentam diretamente o valor pago pelo usuário. Essa elevação, ainda que tecnicamente justificada, evidencia a urgência de se construir um sistema tarifário claro, previsível e socialmente justo, capaz de sustentar políticas essenciais sem recorrer à opacidade que hoje caracteriza o setor.

O Brasil tem uma das matrizes energéticas mais limpas do planeta. Mas manter essa vantagem competitiva exige algo mais: coerência institucional, racionalidade tarifária e coragem para enfrentar os desequilíbrios que se perpetuam sob o manto da técnica e da segurança.

## A solução para as cidades está na natureza



» JULIANA BALADELLI RIBEIRO  
Bióloga, especialista em soluções baseadas na natureza e gerente de projetos da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

Até 2050, cerca de 70% da população global viverá em áreas urbanas. A expansão das cidades tende a agravar os impactos da mudança do clima e afetar ainda mais as populações que vivem em regiões vulneráveis, como encostas, margens de rios e zonas costeiras. Ondas de calor, escassez de água, enchentes, perda de infraestrutura, serviços públicos sobrecarregados e aumento das desigualdades sociais serão desafios crescentes para os centros urbanos em um mundo cada vez mais quente.

É preciso repensar o modelo de desenvolvimento. A urbanização desordenada, que ignora a lógica dos ecossistemas naturais, compromete não apenas a qualidade de vida, mas também os serviços ambientais essenciais à sobrevivência humana. Cidades impermeabilizadas, com áreas verdes escassas e insensíveis à degradação de ecossistemas naturais costeiros, como manguezais, restingas e recifes de corais, vêm enfrentando dificuldades crescentes para lidar com os extremos climáticos.

É nesse cenário que ganham força as Soluções Baseadas na Natureza (SBN) — abordagem que alia conservação, restauração ecológica e tecnologias inovadoras baseadas em infraestrutura verde para enfrentar os desafios urbanos. Além de economicamente vantajosas em relação às obras de engenharia convencional, essas soluções representam uma oportunidade eficaz de transformar o modelo de desenvolvimento urbano no Brasil. Recuperar áreas degradadas, ampliar a arborização, restaurar nascentes e mananciais, conectar parques e expandir áreas verdes em territórios periféricos significa agir simultaneamente por justiça climática, saúde coletiva, biodiversidade e segurança hídrica. Mas as SBN vão além: podem complementar sistemas de drenagem urbana com o uso de jardins de chuva e praças úmidas e até contribuir no tratamento de efluentes, como no caso de jardins filtrantes, tecnologia que faz uso da natureza para devolver água limpa aos sistemas naturais.

A adaptação climática exige um esforço coordenado entre os diferentes níveis de governo. As prefeituras têm papel muito relevante, pois são responsáveis por políticas públicas de saneamento, drenagem, mobilidade, habitação e proteção social, todas profundamente impactadas pela mudança do clima. Ações locais são essenciais e são onde a mudança de paradigmas se concretiza, mas só ganham escala regional, nacional e global com uma coordenação macro, acesso a financiamento climático e suporte técnico.

Nesse contexto, o papel de bancos e agências de desenvolvimento é estratégico. Ao apoiar projetos urbanos que integram SBN, essas instituições não apenas fomentam a adaptação climática, como também promovem equidade social e valorizam territórios frequentemente expostos a grandes riscos. Parques urbanos, telhados verdes, hortas comunitárias, drenagem sustentável e corredores ecológicos são infraestruturas do futuro e precisam ser tratadas como tal.

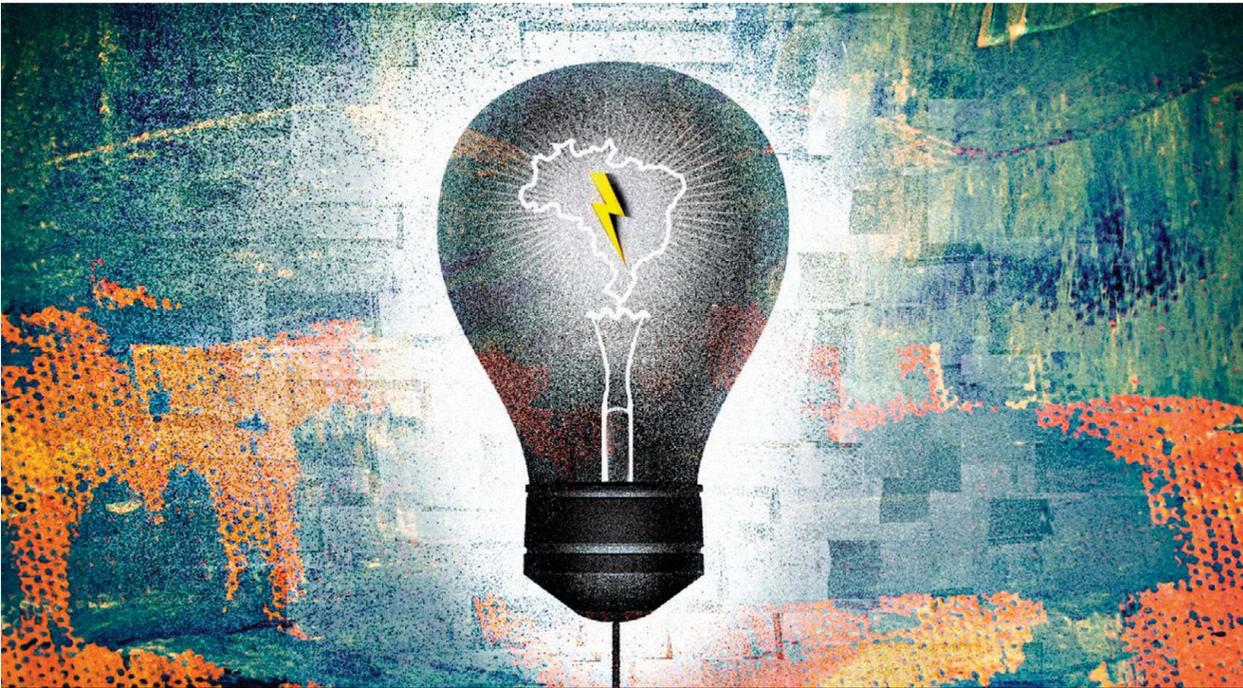
A quarta carta da presidência brasileira da COP30 à comunidade internacional, divulgada em junho, durante a Conferência do Clima da ONU em Bonn, na Alemanha, reforça essa perspectiva. Ao propor a construção de uma agenda de ação com seis eixos temáticos, o documento apresenta um “celeiro de soluções” que conecta ambição climática a desenvolvimento socioeconômico. Um dos eixos centrais é justamente a construção de resiliência em cidades, infraestrutura e água, com foco no fortalecimento das capacidades locais, no planejamento urbano integrado e no aumento de investimentos em soluções sustentáveis e inclusivas.

O texto também destaca a importância de avançar em temas estruturantes, como a definição de indicadores para a Meta Global de Adaptação (GGA, sigla em inglês), e defende que a adaptação ganhe centralidade nas negociações internacionais. Este é um ponto crucial: além de metas globais, espera-se que cada país elabore e implemente seus Planos Nacionais de Adaptação, contemplando os governos subnacionais, com recursos e condições reais para que os municípios desenvolvam e executem suas estratégias.

Mesmo que o mundo ultrapasse temporariamente o limite de 1,5°C de aquecimento traçado pelo Acordo de Paris, como indicam relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), ainda é possível evitar o colapso urbano e social. Isso exige, no entanto, ação imediata e corajosa. O risco de crises alimentares, deslocamentos forçados, eventos extremos e perda de biodiversidade aumenta a cada ano. As consequências de um planeta mais quente não podem ser usadas como desculpa para a inação.

Com a realização da COP30 em Belém, o Brasil tem a oportunidade histórica de liderar uma agenda climática usada, com olhar para os territórios e com base científica. As cidades brasileiras, apesar de todos os seus desafios, ainda podem se tornar vitrines de inovação e resiliência climática. Mas, para isso, é preciso reconhecer definitivamente a natureza como parte da solução.

Maurenilson Freire



## Pedofilia x hipocrisia: a hora é agora



» MARGARETH BUZETTI  
Senadora (PSD-MT)

política, tenho orgulho de ter sido autora da Lei 15.035/2024, que acabou com o sigilo no nome dos condenados por crimes sexuais e prevê a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais (que ainda não saiu do papel).

Agora, há menos de um mês, o Senado aprovou o que será a minha maior contribuição no combate à exploração sexual de menores: o PL 2.810/2025. Ele é um verdadeiro pacote antipedofilia porque amarra o combate a esse crime horrível em todas as pontas possíveis, dentro e fora das redes sociais.

A preocupação trazida pelo influenciador está atendida no nosso projeto: garante retirada imediata de conteúdos que sexualizam crianças quando comunicados por autoridade competente, com preservação de provas e envio rápido de dados para a polícia. As plataformas passam a ter representante responsável para cumprir requisitos e cooperar de forma padronizada, evitando “reuploads” e assegurando cadeia de custódia desde o primeiro minuto.

Ao mesmo tempo, o texto sai da tela para a vida real. O juiz pode impor medidas protetivas específicas, como proibição de contato com a vítima, afastamento de locais frequentados por crianças e suspensão de atividades com acesso a menores. Propomos também a monitoração eletrônica do investigado e mecanismo de alerta para a vítima em caso de aproximação.

Outro avanço fundamental: a progressão deixa de ser automática e passa a depender de exame criminológico sério, que aponte baixa probabilidade de

repetição. Me parece surreal que uma pessoa que sente atração por crianças e um ladrão de carros tenham direito à mesma progressão de pena. O impacto na sociedade é completamente diferente. Na punição, aumentamos as penas para todos os crimes dentro do capítulo do Código Penal que trata de estupro de vulnerável (estupro de vulnerável chegará a 40 anos se houver morte; induzimento de menor à lascívia de outrem; lascívia mediante presença de um menor; exploração sexual; divulgação de cenas de estupro ou sexo com menor).

Depois da aprovação, vem a execução: cadastro funcionando, campanhas educativas nas escolas e nas unidades de saúde, capacitação de conselhos tutelares e polícia, representante das plataformas respondendo rápido. Lei que pega é lei aplicada com seriedade, monitoramento e transparência.

A proposta está na mesa. No Brasil das redes sociais e das telas, infelizmente, pauta prioritária muda a cada segundo. Mas a defesa da infância, que é o futuro do Brasil, não pode ser tratada dessa forma. Precisamos aprovar um arcabouço de medidas que aumente a punição, dificulte a reincidência e proteja, de verdade, quem realmente precisa. Só assim abandonaremos a ineficaz hipocrisia e honraremos o que os brasileiros esperam de nós em Brasília.

Neste Brasil de ideias polarizadas, que os ânimos acirrados ganhem o campo da segurança pública e da proteção daqueles que amanhã serão a sociedade brasileira justa e solidária com a qual tanto sonhamos.

Em um país que gasta uma babilônia de dinheiro com a classe política, foi necessário que um influenciador digital, sozinho e de graça, sacudisse toda a sociedade para que agissem na defesa das crianças. Com a propriedade de quem ocupa uma das 81 cadeiras do Senado, eu digo: obrigada, Felca. No discurso, nós atacamos a pedofilia como tigres, mas, nas leis, agimos como gatos domesticados. Essa é a verdade.

Só no ano passado, 67 mil crianças e adolescentes brasileiros foram vítimas de violência sexual, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. E esses agressores, se forem presos, encontrarão uma lei “dócil”, que permite progressão automática de regime; não prevê uso de tornozeleira eletrônica; e ignora o fato de que um pedófilo pode circular tranquilamente em escolas, condomínios residenciais, igrejas e clubes. Essa é a realidade do Brasil. Nós combatemos pedofilia com hipocrisia.

A adultização e a exploração sexual denunciadas no vídeo do influenciador são reflexo de um enorme vazio legal. Na minha curta carreira